



ALARME FALSO

Susto na madrugada

Alertas foram disparados para celulares de diversos estados. Defesa Civil retirou sistema do ar após possível invasão

» VANILSON OLIVEIRA
» MANNU LEONES

Milhões de brasileiros receberam alertas falsos disparados durante a madrugada de ontem por meio da plataforma nacional da Defesa Civil. As notificações chegaram a celulares de moradores de diversos estados por meio da modalidade classificada como "Alerta Extremo", o nível mais elevado do sistema de avisos da Defesa Civil. A Polícia Federal (PF) vai abrir uma investigação para apurar o caso, que está sendo tratado pelas autoridades como um ataque cibernético.

De acordo com informações apresentadas pela Defesa Civil Nacional, foram identificados 10 alertas indevidos enviados por meio da estrutura oficial de comunicação emergencial. Nove deles foram disparados pelo sistema Cell Broadcast e um por SMS. As mensagens não tinham relação com qualquer situação real de risco e continham a palavra "misantropia", que significa ódio à humanidade.

O impacto da ocorrência foi ampliado pelo tipo de classificação utilizada nas mensagens. O chamado "Alerta Extremo" é reservado para situações em que existe risco iminente à vida da população, como deslizamentos de terra, enchentes repentinas, inundações, tempestades severas e outros eventos capazes de provocar vítimas em curto espaço de tempo.

Nessa modalidade, os celulares emitem um sinal sonoro semelhante a uma sirene, independentemente de o aparelho estar configurado no modo silencioso. O objetivo é garantir que a população seja imediatamente alertada diante de uma ameaça real. Por essa razão, milhares de pessoas relataram surpresa e apreensão ao serem despertadas durante a madrugada por mensagens que aparentavam ter sido enviadas por um sistema oficial do governo.

A plataforma foi retirada do ar ainda por volta da 1h30 da madrugada, logo após o incidente. O Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional informou que o serviço permanecerá suspenso até que sejam concluídas as análises de segurança e adotadas medidas para impedir novos acessos indevidos.

Ação externa

O secretário nacional de Proteção e Defesa Civil, Wolnei Wolff,

Reprodução Internet



O secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil, Wolnei Wolff, esclareceu que ao todo foram emitidas 10 alertas distintos durante a invasão ao sistema



A Agência reforça a relevância do sistema de alertas por Cell Broadcast, apto a cumprir seu propósito de apoiar as ações de prevenção e resposta a desastres, contribuindo para a proteção da população e a preservação de vidas"

Wolnei Wolff, secretário nacional de Proteção e Defesa Civil

afirmou, durante uma coletiva de imprensa, que os indícios apontam para uma ação externa contra a plataforma. Segundo ele, tudo indica que o sistema sofreu um ataque cibernético, embora a autoria e a forma exata de acesso ainda estejam sendo investigadas.

As notificações foram registradas em diferentes localidades do país. Há relatos de recebimento das mensagens em estados como Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Acre e outras unidades da Federação. Em razão da abrangência geográfica do episódio, a Defesa Civil avalia que milhões de pessoas possam ter sido alcançadas pelos alertas falsos.

O aposentado Francisco Borges, 71 anos, narrou os momentos de desespero ao soar o alerta sonoro. "Tenho um sono muito frágil e faço uso de medicação para conseguir dormir. Acordei com o barulho dentro do quarto, tanto em meu celular quanto no da minha esposa. Foi muito difícil pegar no sono novamente. Praticamente vi o dia amanhecer", revelou o morador do Setor Noroeste, em Brasília. De acordo com Wolff, o acesso

ao sistema costuma ser segmentado por estado: "Quem tem permissão para o Paraná, por exemplo, não deveria conseguir enviar alertas para outras unidades da Federação", conta, o que reforça a suspeita de invasão. A avaliação inicial da equipe de tecnologia da Defesa Civil aponta que um cadastro irregular foi criado a partir de Curitiba para emitir os primeiros alertas. O cadastro foi bloqueado, mas outros surgiram na sequência para disparar novas mensagens.

Ainda de acordo com o secretário, após um cadastro suspeito ser bloqueado pelas equipes técnicas, novos registros teriam sido criados para a continuidade dos disparos. As autoridades ainda apuram se a ação foi executada por uma única pessoa ou por um grupo. Até o momento, não há confirmação sobre a identidade dos envolvidos nem sobre o método utilizado para acessar a plataforma.

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) emitiu nota para tranquilizar a população de que não há risco nem motivo para preocupação. "Não há, neste momento, qualquer motivo para

preocupação por parte da população em decorrência das mensagens recebidas.

A entidade reforçou a importância do uso do sistema de alertas, que é de proteção e prevenção. "A Agência reforça a relevância do sistema de alertas por Cell Broadcast, apto a cumprir seu propósito de apoiar as ações de prevenção e resposta a desastres, contribuindo para a proteção da população e a preservação de vidas."

Novo sistema

Wolnei Wolff informou, durante a coletiva, que uma nova versão do sistema já vinha sendo desenvolvida antes mesmo do incidente.

Segundo ele, a ferramenta vai reduzir os riscos de acessos indevidos. "Já se encontra em desenvolvimento dentro do Ministério da Integração, dentro da nossa [equipe] de TI, uma nova versão do sistema pensando exatamente em melhorar a segurança. Eu não conseguiria afirmar exatamente que dia que essa versão vai ser concluída e estar no ar", afirmou Wolff. Ainda não existe uma data definida

para a implementação da nova estrutura tecnológica.

Grande parte dos alertas foi enviada por meio da tecnologia conhecida como Cell Broadcast, considerada uma das principais ferramentas de comunicação emergencial do país. O sistema permite que uma mensagem seja transmitida simultaneamente para todos os celulares conectados às antenas de telefonia de uma determinada área geográfica. O envio ocorre sem necessidade de internet, aplicativos ou cadastro prévio dos usuários.

A tecnologia foi desenvolvida justamente para situações de emergência, quando a rapidez da comunicação pode ser decisiva para preservar vidas. Dados da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) mostram que, em 2025, o sinal sonoro extremo foi emitido em algumas regiões do país para alertar sobre deslizamentos, inundações, alagamentos, tempestades e vendavais. Segundo a Anatel, desde o início do programa foram registrados até ontem, 2.507 alertas. Classificados como "extremos" foram 227 e como "severos" 2,28 mil.

Tipos de alerta

O sinal sonoro classificado como "extremo" emite um sinal alto nos aparelhos celulares, como uma espécie de sirene, que funciona mesmo se o celular estiver no modo silencioso ou mesmo não conectado a uma rede wi-fi. Ele só é enviado quando há risco grave para a vida. No caso do sinal sonoro classificado como "severo", um "beep" e uma mensagem de texto são enviados aos aparelhos celulares, mas a notificação só é recebida em aparelhos que estiverem ligados e conectados à rede wi-fi. Esse tipo de sinal só é enviado nos casos de ações preventivas.

O alcance do sistema depende de alguns fatores. O aparelho precisa ser compatível com a tecnologia utilizada e estar conectado à rede de telefonia móvel no momento do envio. Além disso, a transmissão ocorre apenas dentro da área delimitada pelas antenas selecionadas para o disparo. Por esse motivo, usuários conectados somente ao Wi-Fi ou localizados fora da região alcançada podem não receber a notificação.

Polícia Federal assume investigação

Ed Alves CB/DA Press



A Polícia Federal foi acionada pelo Ministério da Integração

A Polícia Federal foi acionada pelo Ministério da Integração. As investigações deverão reunir informações técnicas relacionadas aos acessos realizados durante a madrugada, incluindo registros de autenticação, rastreamento digital e eventuais vulnerabilidades exploradas pelos autores do acesso irregular.

Também será analisado o alcance efetivo dos alertas, uma vez que ainda não existe um levantamento oficial sobre quantos aparelhos receberam as notificações. A expectativa das autoridades é que a perícia digital permita reconstruir toda a sequência dos acontecimentos e identificar os responsáveis pela ação.

Além da investigação conduzida pela Polícia Federal, o episódio também pode resultar na apuração de diversos crimes previstos na legislação brasileira. Para o advogado Ilmar Muniz, a suposta invasão ao sistema da Defesa Civil pode levar os responsáveis a responderem

Reprodução



Sistema de alertas é utilizado em situações emergenciais

por diferentes infrações penais, a depender das conclusões das investigações.

Segundo o especialista, uma das hipóteses é o crime de invasão de dispositivo informático,

previsto no artigo 154-A do Código Penal. "Esse caso vai gerar claramente várias investigações, em especial acredito que possa gerar a relação do crime de invasão a dispositivo informático, que pode chegar a quatro anos de pena por ter essa invasão", afirmou.

Crime

Muniz destaca ainda que o fato de a ação ter atingido um serviço de utilidade pública pode agravar a situação dos envolvidos. De acordo com ele, também pode haver enquadramento no artigo 266 do Código Penal, que trata da interrupção ou perturbação de serviços públicos essenciais.

"Por ter sido uma situação de utilidade pública, a Defesa Civil, essa interrupção ou perturbação ao serviço também pode ter previsão no artigo 266, que vai de um a cinco anos de pena, dependendo da situação", explicou.

O advogado avalia ainda que,

caso seja comprovada a participação de mais de uma pessoa na ação, as autoridades poderão analisar a possibilidade de enquadramento por associação criminosa. Além disso, cita a contravenção penal relacionada à falsa comunicação de perigo ou provocação de alarme. "Se tem mais pessoas envolvidas, até mesmo a associação criminosa pode ser analisada. Também existe a questão da falsa comunicação de perigo ou provocação de alarme prevista na Lei de Contravenções Penais", acrescentou.

Para Ilmar Muniz, a amplitude dos disparos e o alcance nacional das mensagens devem ser fatores centrais na apuração conduzida pela Polícia Federal. "Quem fez ou as pessoas que fizeram, se for uma ação coordenada, podem responder por esses crimes, que provavelmente serão investigados pela Polícia Federal, tendo em vista que foi um ato coordenado em diversos estados", concluiu. **(VO e ML)**